



# JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 11 de Abril de 2003

IV

Série

Número 34

## Sumário

**ALJARDI S.G.P.S., LDA.**

**Contas anuais individuais em 31 de Dezembro de 2002**

**Contas anuais consolidadas em 31 de Dezembro de 2002**

**Balanço em 31 de Dezembro de 2002**

**BANCO MADESANT - SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.**

**Contas anuais em 31 de Dezembro de 2002**

**Balanço em 31 de Dezembro de 2002**

**ALJARDI S.G.P.S., LDA.**

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
INSCRIÇÃO N.º 43  
REGISTO NACMVM N.º 231  
NIPC 501 776 311

Sede em Lisboa: Amoreiras – Torre 1 - 7º - 1070-101 Lisboa Telefone 21 387 00 15 Escritório no Porto: Av. da Boavista,  
3523 - 1º - 4100-139 Porto Telefone 22 610 11 79

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

(Montantes expressos em Euros)

**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aljardi SGPS, Lda. (Sociedade inserida no Grupo Santander Central Hispano, Nota 1), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de € 1.656.148.716 e capitais próprios no montante de € 1.150.638.414, incluindo um resultado líquido negativo de € 1.544.094, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Gerência da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira da Aljardi SGPS, Lda. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário.

**Ênfase**

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade da Sociedade a nível individual e não consolidada e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral e para publicação nos termos do Código do Registo Comercial. Conforme referido nas Notas 3.2 e 6, o investimento financeiro no Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. está registado no balanço anexo ao custo de aquisição, conforme requerido pelo Plano de Contas para o Sistema Bancário, pelo que estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação a nível dos activos, dos passivos, dos capitais próprios e dos resultados do exercício. Contudo, a Sociedade preparou em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, que são as que mais adequadamente reflectem a situação financeira e os resultados da Sociedade nesta data, e cujos principais dados financeiros são apresentados na Nota 6.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, S.R.O.C., Representada por António Marques Dias

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCALÚNICO**

Aos sócios de Aljardi S.G.P.S., Lda.

1. Nos termos do mandato que nos conferiram e em conformidade com a legislação em vigor, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2002 da Aljardi SGPS, Lda., os quais são da responsabilidade da Gerência da Sociedade.
2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos livros e documentos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Gerência da Sociedade, as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do exercício de 2002 da Aljardi SGPS, Lda., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações de resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data, o respectivo anexo e ainda o Relatório de Gestão para o exercício de 2002 elaborado pela Gerência da Sociedade. Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas datada de 5 de Fevereiro de 2003, a qual consideramos reproduzida neste documento.
4. Face ao exposto, tendo em consideração o assunto mencionado no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que os documentos de prestação de contas individuais da Sociedade acima referidos, os quais compreendem as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e o Relatório de Gestão do exercício de 2002, bem como as propostas nele expressas, estão em conformidade com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis em Portugal para o Sistema Bancário, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar à Gerência da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

## ALJARDI SGPS, LDA

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2002		2001		Notas	2002		2001	
		Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		1.013	-	1.013	7.684					
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	483.498.903	-	483.498.903	527.506.473	18		3.000		-
Partes de capital em empresas coligadas	6	659.848.864	-	659.848.864	659.848.864	31		483.889.167		527.879.091
Outros activos	6 e 31	498.800.890	-	498.800.890	498.797.897	27		12.467.373		16.979.911
Contas de regularização	14	12.454.952	-	12.454.952	16.965.927	25		7.606.668		6.085.335
Prejuízo do exercício		1.544.094	-	1.544.094	-	51		24.940		24.940
						52		24.940		24.940
						52		1.158.647.659		1.158.647.659
						52		(6.515.031)		(13.823.691)
								-		7.308.660
<b>Total do activo</b>		<b>1.656.148.716</b>	<b>-</b>	<b>1.656.148.716</b>	<b>1.703.126.845</b>			<b>1.656.148.716</b>		<b>1.703.126.845</b>

Total do passivo e do capital próprio

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

## ALJARDI SGPS, LDA.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

CUSTOS	Notas	2002	2001	PROVEITOS	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	54	20,510,887	25,195,158	Juros e proveitos equiparados	53	20,495,030	25,056,007
Comissões		-	40	Rendimentos de títulos	55	-	8,978,362
Gastos gerais administrativos		5,182	7,635	Prejuízo do exercício		1,544,094	-
Provisões do exercício	25	1,521,333	1,521,334				
Perdas extraordinárias		235	55				
Outros impostos		1,487	1,487				
Lucro do exercício		-	7,308,660				
		<u>22,039,124</u>	<u>34,034,369</u>			<u>22,039,124</u>	<u>34,034,369</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

ALJARDI SGPS, LDA.DEMONSTRAÇÕES DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOSPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>ORIGEM DE FUNDOS:</u>		
Gerados pelas operações:		
Lucro do exercício	-	7,308,660
Provisões, líquidas	-	1,521,334
	<u>-</u>	<u>8,829,994</u>
Aumentos no passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	<u>3,000</u>	<u>-</u>
Diminuições no activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6,671	9,441
Outros créditos sobre instituições de crédito	44,007,570	35,412,699
Contas de regularização	4,510,975	399,191
	<u>48,525,216</u>	<u>35,821,331</u>
	<u>48,528,216</u>	<u>44,651,325</u>
<u>APLICAÇÃO DE FUNDOS:</u>		
Gerados pelas operações:		
Prejuízo do exercício	1,544,094	-
Provisões, líquidas	(1,521,333)	-
	<u>22,761</u>	<u>-</u>
Diminuições no passivo:		
Outros passivos	43,989,924	43,989,925
Contas de regularização	4,512,538	661,400
	<u>48,502,462</u>	<u>44,651,325</u>
Aumentos no activo:		
Outros activos	<u>2,993</u>	<u>-</u>
	<u>48,528,216</u>	<u>44,651,325</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de origem e aplicação de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, S.R.O.C., Representada por António Marques Dias  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002  
(Montante expresso em euro)

### 1. ACTIVIDADE ECONÓMICA

A Aljardi SGPS, Lda. ("Sociedade") é uma sociedade constituída em 30 de Setembro de 1997, que tem como objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas. A Sociedade tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito no Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M de 5 de Setembro. Conforme indicado na Nota 51, a Sociedade é detida maioritariamente pela Holbah, Ltd. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano). As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector, estabelecida pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2002 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, a Gerência da Sociedade entende que as demonstrações financeiras irão ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral.

Em 31 de Dezembro de 2002, os capitais próprios da Sociedade podem ser resumidos como segue:

Capital subscrito	24.940
Reservas	24.940
Prestações suplementares	1.158.647.659
Resultados transitados	(6.515.031)
Prejuízo do exercício	(1.544.094)
	-----
	1.150.638.414
	=====

#### 3.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

##### a) Especialização de exercícios

- i) Registo de juros - Em geral, os juros de operações activas ou passivas, reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.
- ii) Outros proveitos e custos - A Sociedade reconhece, em geral, os outros proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

##### b) Partes de capital em empresas coligadas

As partes de capital na empresa coligada Banco Madasant, Sociedade Unipessoal, S.A. encontram-se registadas ao custo de aquisição (Nota 6). A diferença positiva entre o custo de aquisição desta participação e o correspondente valor patrimonial equivalente na data da compra está a ser registada na rubrica "Provisões para riscos e encargos" durante um período de 10 anos (Nota 25). Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Rendimentos de títulos" da demonstração de resultados, quando são colocados à disposição (Nota 55).

### 6. PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS COLIGADAS

A rubrica "Partes de capital em empresas coligadas" diz respeito ao custo de aquisição da totalidade das acções representativas do capital social do Banco Madasant, Sociedade Unipessoal, S.A.. Adicionalmente, na reunião do Conselho de Administração do Banco Madasant, Sociedade Unipessoal, S.A. celebrada em 28 de Abril de 1998, foi aprovado chamar a Sociedade a entrar, a título de prestações acessórias, com uma contribuição de 100.000.000 milhares de Escudos Portugueses (€ 498.797.897) (Nota 31.1). Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a Sociedade preparou demonstrações financeiras consolidadas com esta empresa coligada, das quais seguidamente se apresenta um resumo dos principais dados financeiros consolidados:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Total do activo	2.690.290.174	3.053.632.349
Total do capital próprio	1.221.081.826	1.477.722.943
Total de proveitos	342.673.636	638.421.362
Lucro / (Prejuízo) do exercício	(256.641.116)	45.610.025

### 14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica refere-se a uma aplicação a prazo, em Euros, junto do Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas), Ltd. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano), a qual vence juros à taxa anual de 3,75% e tem vencimento parcial no dia 28 de Abril de 2003. Os juros do exercício de 2002 ascenderam a € 20.495.030 (Nota 53), dos quais € 12.454.952 são apresentados no activo, na rubrica "Contas de regularização".

### 18. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica refere-se a um recurso a prazo, em Euros, obtido junto de uma entidade financeira do Grupo Santander Central Hispano, o qual vence juros à taxa anual de 3,255% e tem vencimento em Abril de 2003.

### 25. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nesta rubrica de provisões foi o seguinte:

Saldo inicial	6.085.335
Provisões do exercício	1.521.333
	-----
Saldo final	7.606.668
	=====

A rubrica "Provisões para riscos e encargos" refere-se à diferença positiva entre o custo de aquisição da participação no Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. e o correspondente valor patrimonial equivalente na data da compra, a qual está a ser registada nesta rubrica durante um período de dez anos. O montante total desta diferença à data de aquisição ascendia a € 15.213.336.

## 27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Contas de regularização" do passivo tem a seguinte composição:

Custos a pagar:	
- Juros a pagar de credores diversos – não residentes (Nota 31.2)	12.465.005
- Juros a pagar de recursos em instituições de crédito no país (Nota 18)	15
- De outros custos administrativos	2.353
	-----
	12.467.373
	=====

## 31. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

31.1 Outros activos- Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Prestações acessórias ao Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (Nota 6)	498.797.897
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a recuperar – pagamento especial por conta	2.993
	-----
	498.900.890
	=====

As prestações acessórias efectuadas ao Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. não vencem juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelos sócios e verificados os condicionalismos legais.

31.2 Outros passivos- Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica refere-se a uma conta a pagar junto do seu sócio Holbah, Ltd., a qual vence juros a uma taxa média anual de 4,0649% e tem vencimento parcial no dia 28 de Abril de 2003. Os juros do exercício de 2002 ascenderam a € 20.510.757 (Nota 54), dos quais € 12.465.005 são apresentados no passivo, na rubrica "Contas de regularização" (Nota 27).

## 34. EFFECTIVOS

Durante o ano de 2002, a Sociedade não teve empregados ao seu serviço.

## 35. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício de 2002, não foram atribuídas quaisquer remunerações e outros encargos aos membros da Gerência e outros órgãos sociais.

## 38. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Durante o exercício de 2002, todos os proveitos da Sociedade foram gerados na Zona Franca da Madeira.

## 41. CARGA FISCAL

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 1997 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Dado a Sociedade estar sediada na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os seus rendimentos, desde que provenientes de participações em entidades sediadas fora da União Europeia ou instaladas em Zonas Francas portuguesas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

## 43. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais da Sociedade são consolidadas com as do Banco Santander Central Hispano, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

## 51. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social da Sociedade está representado por uma quota de € 24.840,14, pertencente ao sócio Holbah, Ltd., e outra de € 100, pertencente ao sócio Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas) Ltd. (entidades inseridas no Grupo Santander Central Hispano), encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

## 52. MOVIMENTO NAS OUTRAS CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nas outras contas do capital próprio foi o seguinte:

	Reserva legal	Prestações suplementares	Resultados transitados	Resultado do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	24.940	1.158.647.659	(13.823.691 )	( 7.308.660 )
Transferência do resultado do exercício de 2001	-	-	7.308.660	7.308.660
Prejuízo do exercício	-	-	-	( 1.544.094 )
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	24.940	1.158.647.659	( 6.515.031 )	( 1.544.094 )

Em reunião da Assembleia Geral, celebrada em 12 de Março de 2002, foi aprovada a distribuição do resultado líquido do exercício de 2001 (€ 7.308.660) para a rubrica de "Reserva Legal" no montante de vinte e cinco centimos de Euro e o remanescente para a rubrica de "Resultados transitados". Em conformidade com os Estatutos da Sociedade, na reunião da Gerência celebrada em 17 de Julho de 1998 foi aprovado chamar os sócios a entrar para a Sociedade, a título de prestações suplementares, com uma contribuição de 232.288.000 milhares de Escudos Portugueses (€ 1.158.647.659). Esta contribuição não vence juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelos accionistas e verificados os condicionalismos legais.

### 53. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

No exercício de 2002, esta rubrica refere-se aos juros da aplicação a prazo junto do Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas), Ltd. (Nota 14).

### 54. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

No exercício de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de credores diversos não residentes - Holbah, Ltd. (Notas 31.2 e 27)	20.510.757
Juros de recursos em instituições de crédito no país (Nota 18)	15
Outros juros e custos equiparados	115
	-----
	20.510.887
	=====

### 55. RENDIMENTOS DE TÍTULOS

No exercício de 2001, a rubrica "Rendimentos de títulos" refere-se aos dividendos recebidos nesse exercício respeitantes à participação no Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A..

## RELATÓRIO DE GESTÃO ALJARDI S.G.P.S., LDA.

Nos termos das disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V. Ex.as. o Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

### I - ACTIVIDADES

A sociedade durante o ano 2002 prosseguiu a actividade compreendida no seu objecto social, com a gestão da participação social que detém no capital social do Banco Madesant – Sociedade Unipessoal, S.A., no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira. A passagem ao Euro a 1 de Janeiro de 2002, foi realizada com total sucesso. A sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à segurança social ou à administração fiscal.

### II – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2002, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

### III – EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE

Perspectiva-se para 2003 a continuação do exercício da actividade social, no quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

### IV – NÚMERO E VALOR NOMINAL DE QUOTAS PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO

A sociedade não detém quaisquer quotas próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer quotas próprias durante o presente exercício.

### V – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus gerentes.

### VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram resultados negativos, no montante de Euros - 1.544.094,17, pelo que a Gerência propõe que os resultados apurados sejam transferidos para:  
- Resultados Transitados no montante de - 1.544.094,17 Euros.

Funchal, 4 de Fevereiro de 2003.

A Gerência

Gerente – Martin Manuel Armas Agüero

Gerente – Antonio Bernárdez Gumiel

Gerente – Henrique João Araújo de Pontes Leça



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****CONTAS CONSOLIDADAS**

(Montantes expressos em Euro)

**Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Aljardi S.G.P.S., Lda. e subsidiária (Sociedade inserida no Grupo Santander Central Hispano), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de € 2.690.290.174 e capitais próprios de € 1.221.081.826, incluindo um resultado líquido negativo de € 256.641.116, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade da Gerência da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Aljardi, SGPS, Lda. e subsidiária em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS - S.R.O.C., Representada por António Marques Dias

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCALÚNICO**

Aos Sócios da Aljardi SGPS, Lda.

1. Nos termos do mandato que nos conferiram e em conformidade com a legislação em vigor, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2002 da Aljardi SGPS, Lda., os quais são da responsabilidade da Gerência da Sociedade.
2. No desempenho das nossas funções acompanhamos a actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos livros e documentos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Gerência da Sociedade, as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do exercício de 2002 da Aljardi SGPS, Lda., que compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data, o respectivo anexo e ainda o Relatório de Gestão consolidado para o exercício de 2002 elaborado pela Gerência da Sociedade. Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas datada de 5 de Fevereiro de 2003, a qual consideramos reproduzida neste documento.
4. Face ao exposto, somos de opinião que os documentos de prestação de contas consolidadas da Sociedade acima referidos, os quais compreendem as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 e o Relatório de Gestão consolidado do exercício de 2002, estão em conformidade com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis em Portugal para o Sistema Bancário.
5. Assim, somos de parecer que a Assembleia Geral poderá aprovar os supracitados documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2002, bem como as propostas expressas no Relatório de Gestão consolidado da Gerência da Sociedade.

Desejamos ainda manifestar à Gerência da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS - S.R.O.C., Representada por António Marques Dias

## ALJARDI SGPS, LDA.

## BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2002		2001		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2002	2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	718	-	718	407		Debitos para com instituições de crédito:				
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	90.570	-	90.570	165.907		b)- A prazo ou com pré-aviso		18	-	-
Outros créditos sobre instituições de crédito	983.161.086	-	983.161.086	900.954.531		c)- Debitos a prazo		18	30.080.599	343.545.260
Créditos sobre clientes	1.013.216.643	-	1.013.216.643	1.614.403.852		Outros passivos		31	483.914.794	527.893.762
Ações e outros títulos de rendimento variável	423.291.997	(20.001.195)	403.290.802	412.036.694		Contas de regularização		27	48.139.352	48.988.865
Imobilizações corpóreas	320.014	(198.009)	122.005	114.505		Provisões para riscos e encargos		25	30	5.049.062
(Das quais: Imóveis)	(45.239)	20.730	(24.509)	(29.033)		Fundo para riscos bancários gerais		25	26.935.086	26.935.086
Diferenças de consolidação	15.213.336	(7.606.668)	7.606.668	9.128.002		Passivos subordinados		22	623.497.371	623.497.371
Outros activos	3.219	-	3.219	226		Capital subscrito		53	24.940	24.940
Contas de regularização	26.157.347	-	26.157.347	116.828.225		Prestações suplementares		54	1.158.647.659	1.158.647.659
Prejuízo consolidado do exercício	256.641.116	-	256.641.116	-		Reservas		54	34.882.944	30.154.972
						Resultados transilados		54	284.167.399	243.285.347
						Lucro consolidado do exercício		54	-	45.610.025
						TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO			2.690.290.174	3.053.632.349
	2.718.096.046	(27.805.872)	2.690.290.174	3.053.632.349						
TOTAL DO ACTIVO										
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS										
Garantias prestadas e passivos eventuais										
Compromissos			472.173.004	1.000.200.241	23					

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002.

## ALJARDI SGPS, LDA.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS	Notas	2002		2001		PROVEITOS	Notas	2002		2001	
Juros e custos equiparados	56	59.909,698	95.624,874	Juros e proveitos equiparados	55	79.157,820	130.224,658				
Comissões		1.097,315	2.095,127	Rendimentos de títulos		63,153	-				
Prejuízos em operações financeiras	57	514.747,432	469.701,662	Lucros com operações financeiras	57	242.621,634	496.556,935				
Gastos gerais administrativos:				Reposições e anulações de provisões	25	20.783,478	11.639,769				
a) Custos com pessoal	58	814,408	743,441	Ganhos extraordinários	39	27,551	-				
Dos quais:				Outros proveitos de exploração	39	20,000					
(-Salários e vencimentos)	58	(611,525)	(500,653)	Prejuízo consolidado do exercício	54	256,641,116					
(-Encargos sociais)	58	(43,113)	(38,920)								
(Dos quais: Com pensões)											
b) Outros gastos administrativos		497,162	457,627								
Amortizações do exercício	3, 2 e 11	1.573,151	1.582,708								
Outros custos de exploração		1,254	3,927								
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	20.642,117	22.567,784								
Perdas extraordinárias		485	2,328								
Impostos sobre lucros	41	-	-								
Outros impostos		31,730	31,859								
Lucro consolidado do exercício	54	-	45.610,025								
		<u>599.314,752</u>	<u>638.421,362</u>			<u>599.314,752</u>	<u>638.421,362</u>				

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

## ALJARDI SGPS, LDA.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<b>ORIGEM DE FUNDOS:</b>		
Gerados pelas operações:		
Lucro consolidado do exercício	-	45,610,025
Amortizações do exercício	-	1,582,708
Dotações/(reposições) líquidas de provisões e diferenças de câmbio	-	10,928,015
	<u>-</u>	<u>58,120,748</u>
Diminuições de activos:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	75,337	46,932
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	43,976,756
Créditos sobre clientes	601,187,209	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	3,838,221	-
Outros activos	-	1,049
Contas de regularização	90,670,878	56,942,439
	<u>695,771,645</u>	<u>100,967,176</u>
Aumentos de passivos:		
Débitos para com clientes	-	142,505,889
	<u>-</u>	<u>142,505,889</u>
	<u>695,771,645</u>	<u>301,593,813</u>
<b>APLICAÇÃO DE FUNDOS:</b>		
Gerados pelas operações:		
Prejuízo consolidado do exercício	256,641,116	-
Amortizações do exercício	(1,573,151)	-
Dotações/(reposições) líquidas de provisões e diferenças de câmbio	-	-
	<u>141,361</u>	<u>-</u>
	<u>255,209,326</u>	<u>-</u>
Aumentos de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	311	150
Outros créditos sobre instituições de crédito	82,206,555	-
Créditos sobre clientes	-	107,163,476
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	147,245,924
Imobilizações corpóreas	59,318	16,019
Outros activos	2,993	-
	<u>82,269,177</u>	<u>254,425,569</u>
Diminuições de passivos:		
Débitos para com clientes	313,464,661	-
Outros passivos	43,978,968	43,992,864
Contas de regularização	849,513	3,175,380
	<u>358,293,142</u>	<u>47,168,244</u>
	<u>695,771,645</u>	<u>301,593,813</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002  
(Montantes expressos em Euro, excepto quando expressamente indicado)

**ACTIVIDADE ECONÓMICA**

A Aljardi S.G.P.S., Lda. (“Sociedade”), é uma sociedade constituída em 30 de Setembro de 1997, que tem como objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas, sendo o Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (ver actividade no parágrafo seguinte) a sua única participada actualmente. A Sociedade tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito no Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M de 5 de Setembro.

Em Janeiro de 1998, o Banco de Portugal autorizou a constituição do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (sociedade anónima constituída em 22 de Dezembro de 1994 com a denominação social de Madesant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.), que tem por objecto a actividade e todas as operações permitidas por lei aos bancos, nos termos constantes dos estatutos já depositados e devidamente autorizados pelo Banco de Portugal. O Banco tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito no Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M, de 5 de Setembro. O Banco financia-se essencialmente junto de outras entidades do Grupo Santander Central Hispano sob a forma de passivos subordinados e depósitos, os quais são aplicados, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em acções cotadas em bolsas internacionais, prestando ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 53, a Sociedade é detida maioritariamente pela Holbah, Ltd. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e aquelas notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade. Adicionalmente, na Nota 59 deste anexo são apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados do exercício de 2002, em conformidade com o disposto no Anexo à Instrução nº 71/96, do Banco de Portugal.

**3. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DAINFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade e pelo Banco Madesant, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector, estabelecida pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 21 de Dezembro.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade e do Banco Madesant em 31 de Dezembro de 2002 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, a Gerência da Sociedade entende que as demonstrações financeiras individuais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas irão ser aprovadas sem alterações significativas pelas correspondentes Assembleias Gerais.

Em 31 de Dezembro de 2002, a situação líquida consolidada da Sociedade pode ser resumida como segue:

Capital subscrito	24.940
Prestações suplementares	1.158.647.659
Reservas	34.882.944
Resultados transitados	284.167.399
Lucro consolidado do exercício	( 256.641.116 )
	-----
	1.221.081.826
	=====

**3.2. Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Sociedade e do Banco Madesant, constituindo uma unidade de decisão. A consolidação do Banco Madesant efectuou-se pelo método de integração global e o valor decorrente da diferença positiva entre o custo de aquisição e o valor equivalente do Banco Madesant à data de aquisição (€ 15.213.336) é apresentada na rubrica “Diferenças de consolidação” e amortizada num período de 10 anos (€ 1.521.334 no exercício de 2002). Os saldos, as transacções e os correspondentes proveitos e custos entre a Sociedade e o Banco Madesant foram eliminados neste processo. Foi também eliminada a provisão constituída pelo Banco Madesant no exercício de 1998, destinada a fazer face à volatilidade dos mercados e à conjuntura incerta prevista para os exercícios futuros, cujos montantes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 ascendem a € 41.478.738 e € 299.278.738 respectivamente. Adicionalmente, foi eliminada a reposição parcial desta provisão no montante de € 257.800.000, efectuada pelo Banco Madesant no exercício de 2002.

**3.3. Resumo das principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

- i) Registo de juros - Em geral, os juros das operações activas ou passivas reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.
- ii) Outros proveitos e custos - A Sociedade e o Banco Madesant reconhecem, em geral, os outros proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Este sistema prevê que todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio oficial de divisas da data do balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos em Euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial e, sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas da posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descreve a seguir:

- i) Posição à vista - A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos expressos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de “fixing” do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.
- ii) Posição a prazo - A posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a

prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas são registadas nas rubricas “Contas de regularização – Reavaliação da posição cambial a prazo” (Nota 27) por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações de permuta de divisas (“swap”) e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo, sendo o respectivo prémio ou desconto amortizado durante o período de vida da operação por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Provisão para riscos gerais de crédito

Nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, esta provisão de carácter genérico (constituída pelo Banco Madesant e apresentada na rubrica “Provisões para riscos e encargos”), corresponde a 1% do total de crédito concedido pelo Banco Madesant não vencido, incluindo os empréstimos de títulos e excluindo, entre outros, o relativo a operações com instituições garantidas por administrações centrais de países da Zona A (Nota 25).

d) Aplicações em títulos

A carteira de títulos do Banco é composta por títulos de rendimento variável cotados em bolsas internacionais. Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é valorizada da seguinte forma:

i) Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder os seis meses, com o objectivo de obtenção de mais-valias.

Os títulos de rendimento variável são valorizados diariamente à cotação de mercado, sendo os dividendos recebidos abatidos ao respectivo custo de aquisição. As diferenças de valorização, negativas ou positivas, relativas a acções que integrem a composição dos índices de bolsas internacionais e que apresentem liquidez adequada são registadas como custos ou proveitos. As restantes mais e menos valias potenciais em acções são diferidas em contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente, dando as menos-valias lugar à constituição de provisões.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter por prazo superior a seis meses.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais resultantes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de cotação são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

e) Imobilizações corpóreas

As obras em edifícios arrendados, equipamento e outras imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais são consideradas razoáveis do ponto de vista económico. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 4
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 - 8

f) Operações com produtos derivados

i) Contratos de opções em mercado de balcão (“OTC”) - As transacções inerentes à celebração destes contratos são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado em divisa. Os montantes dos prémios recebidos por opções vendidas ou dos prémios das opções compradas são contabilizados como um proveito ou custo em suspenso, respectivamente, até à data em que ocorra a execução dos contratos ou até à data de vencimento. Adicionalmente, à data de preparação das demonstrações financeiras, estes contratos são avaliados de acordo com um sistema de prudente valorização que permite estimar o valor que os mesmos teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. Para este efeito, são registados como prejuízos ou lucros (por contrapartida de contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente) os montantes correspondentes às diferenças entre o valor de exercício das opções de compra ou de venda e o valor do activo ou elemento subjacente.

ii) Contratos de futuros - As posições próprias são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de “Lucros e prejuízos em operações financeiras”.

iii) Equity swaps - As posições de compra e venda detidas em contratos de equity swap são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor do notional contratado e na respectiva divisa (Nota 23). Estas operações são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveitos ou custos nas correspondentes rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras (Nota 57), ajustando-se também o valor das respectivas rubricas extrapatrimoniais de acordo com os preços de mercado. Por outro lado, os custos e proveitos de financiamento inerentes a estas operações são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios e registados nas respectivas rubricas de custos e proveitos à medida em que são gerados (Notas 27 e 56).

g) Contas de regularização

As operações de venda e compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente a 31 de Dezembro de 2002, são registadas na rubrica “Contas de regularização” (Nota 27).

h) Pensões

Conforme descrito na nota introdutória, o Banco Madesant assumia anteriormente a designação de Madesant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A., a qual se encontrava abrangida pelo regime geral da Segurança Social. Consequentemente, dado o Banco Madesant não ter subscrito o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, continua a ser abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social, não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.

i) Valores mobiliários depositados em terceiros

Os valores mobiliários da carteira própria depositados junto de terceiros encontram-se registados, em rubricas extrapatrimoniais, ao custo de aquisição.

j) Empréstimos de títulos

Os títulos objecto de empréstimo são registado na rubrica “Outros activos” pelo seu valor de balanço à data do empréstimo. As alterações de valor destes títulos, quando provenientes da carteira própria, são reflectidas diariamente na rubrica “Outros activos”, observando-se as regras de valorimetria e de relevação de resultados aplicáveis à carteira de origem, sendo as valias e as provisões registadas nas contas que lhe estão associadas.

k) Fundo de Garantia de Depósitos

Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares do Banco Madesant para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 56).

## 10. CARTEIRA DE TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Acções e outros títulos de rendimento variável" (na sua totalidade constituída por títulos de rendimento variável emitidos por não residentes) tem a seguinte composição:

<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Valor de cotação</u>
Títulos de negociação					
Beni Stabili	10.030.000	0,10	0,46	4.571.583	4.297.855
Banesto	75.000	2,03	7,09	531.750	530.250
Telefonica	4.820.000	1,00	12,08	41.114.600	41.114.600
Inmobiliaria Urbis	1.128.000	1,19	6,31	7.113.951	6.429.600
Union Electrica Fenosa	15.043.947	3,00	17,51	188.801.535	188.801.535
San Paolo Imi	12.056.358	2,80	10,72	74.749.420	74.749.420
Recoletos	3.390.014	0,20	8,75	29.676.655	13.899.057
Grupo Dragados S.A.	190.000	1,00	14,15	3.078.000	3.078.000
Gas Natural SDG	1.262.528	1,00	19,65	22.813.881	22.813.881
Endesa	4.000.000	1,20	17,39	44.600.000	44.600.000
				417.051.375	400.314.198
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 25)				( 16.737.177 )	-
				400.314.198	400.314.198
Títulos de investimento					
Banesto – Carteira Investimento	421.019	2,03	14,82	6.240.622	2.976.604
Provisões para a carteira de títulos de Investimento (Nota 25)				( 3.264.018 )	-
				2.976.604	2.976.604
				403.290.802	403.290.802

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de negociação (constituída na sua totalidade por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava mais-valias e menos-valias potenciais, registadas na demonstração de resultados, nos montantes de € 389.090 e € 189.946.728, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de investimento (constituída na sua totalidade por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava menos valias potenciais, registadas na demonstração de resultados, no montante de € 3.264.018.

## 11. MOVIMENTOS E SALDOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas e correspondentes amortizações acumuladas pode ser resumido como segue:

	<u>Saldos em 31/12/2001</u>				<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Saldos em 31/12/2002</u>	
	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Adições</u>	<u>Abates (líquido)</u>		<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>
Obras em edifícios arrendados	45.239	16.206	-	-	4.524	45.239	20.730
Equipamento:							
. Mobiliário e material	19.385	8.836	-	-	2.423	19.385	11.259
. Máquinas e ferramentas	6.838	5.013	-	-	1.368	6.838	6.381
. Equipamento informático	114.983	91.548	10.351	-	16.304	125.334	107.852
. Equipamento de transmissão	5.063	1.713	-	-	506	5.063	2.219
. Equipamento de ambiente	2.968	1.276	638	-	398	3.606	1.674
. Material de transporte	95.904	56.539	48.329	-	25.091	104.827	42.225
. Equipamento de segurança	5.342	2.434	-	-	661	5.342	3.095
. Outro equipamento	45	45	-	-	-	45	45
Património artístico	4.335	1.987	-	-	542	4.335	2.529
	300.102	185.597	59.318	-	51.817	320.014	198.009

## 14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

14.1 Outros créditos sobre instituições de crédito - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica refere-se a aplicações em Euro e tem a seguinte composição:

.Banco de Portugal	501.268
.Grupo Santander Central Hispano:	
Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas), Ltd.	483.498.904
.Outras instituições de crédito no estrangeiro	499.160.914
	983.161.086

A rubrica “Banco de Portugal” inclui o depósito constituído pelo Banco Madesant para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Este depósito é remunerado e corresponde a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC. Este depósito tem vencimento em Janeiro de 2003.

A aplicação a prazo mantida junto do Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas), Ltd. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano) vence juros à taxa anual de 3,75% e tem vencimento parcial no dia 28 de Abril de 2003. Os juros do exercício de 2002 ascenderam a € 20.495.030 (Nota 55), dos quais € 12.454.952 são apresentados no activo, na rubrica “Contas de regularização” (Nota 27).

A rubrica “Outras instituições de crédito no estrangeiro” inclui aplicações que vencem juros a uma taxa anual que varia entre 1,80% e 3,53% e têm vencimento em Janeiro e Março de 2003.

Em 31 de Dezembro de 2002, os outros créditos sobre instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

<u>Prazos</u>	<u>Montante</u>
Até três meses	499.662.182
De três meses a um ano	483.498.904
	-----
	983.161.086
	=====

14.2 Créditos sobre clientes - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é composta por créditos em Euro garantidos pelo Estado Espanhol, os quais vencem juros trimestralmente a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2002, os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

<u>Prazos</u>	<u>Montante</u>
Até três meses	20.004.382
De três meses a um ano	70.346.862
De um a cinco anos	922.865.399
	-----
	1.013.216.643
	=====

#### 18. DÉBITOS PARACOM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui depósitos a prazo em Euro efectuados por uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, os quais vencem juros a taxas de mercado (Notas 27.2 e 56) e têm vencimento em Janeiro e Fevereiro de 2003.

#### 22. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 22 de Julho de 1998, foi realizado um contrato de empréstimo subordinado entre a FFB – Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. e o Banco Madesant para que a dívida subordinada seja considerada como fundos próprios. O montante do empréstimo não titulado ascende a € 623.497.371, os juros serão pagos semestral e postecipadamente em Janeiro e Julho de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Libor a seis meses acrescida de 0,125 pontos, divulgada pela Reuters nos dois dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado após autorização prévia do Banco de Portugal.

#### 23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica “Compromissos” inclui os compromissos irrevogáveis do Banco Madesant perante terceiros, nomeadamente relacionados com: (i) o Banco contratou aplicações em instituições de crédito com data de início em Janeiro de 2003 no montante de € 45.323.776; (ii) o Banco mantém operações de “swaps” de títulos (Nota 27) cujo valor total, calculado com base no preço de mercado dos activos subjacentes à data do balanço, é de € 426.849.228.

Em 31 de Dezembro de 2002, a totalidade da actividade desenvolvida pelo Banco Madesant em “swaps” de títulos é constituída por contratos transaccionados em mercado de balcão, celebrados com instituições financeiras.

Dada a política contabilística utilizada pelo Banco Madesant no registo das operações de “swaps” de títulos (descrita na secção “Resumo das principais políticas contabilísticas”), o justo valor destas operações não difere significativamente do valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição do valor contabilístico dos “swaps” de títulos por prazos residuais apresenta a seguinte composição:

	<u>Valor Nocial</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Resultado potencial</u>	
			<u>Lucro</u>	<u>Prejuízo</u>
De um a três meses	-	-	-	-
De quatro a seis meses	-	-	-	-
De sete meses a um ano	2.080.146	1.972.379	-	107.767
De um a dois anos	423.564.884	424.876.849	4.495.522	3.183.557
	-----	-----	-----	-----
	425.645.030	426.849.228	4.495.522	3.291.324
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2002, o Banco Madesant tinha os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

Swaps de Moeda:	
Compras	100.791
Vendas	93.659

Adicionalmente, o Banco Madesant tinha em 31 de Dezembro de 2002 saldos registados nas outras rubricas extrapatrimoniais relativos a operações a prazo (Nota 33).



## 24. COMPROMISSOS COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Conforme mencionado na Nota 3.3.h), o Banco Madesant não tem quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.

## 25. PROVISÕES PARACRÉDITO CONCEDIDO, TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	<u>Saldos iniciais</u>	<u>Reforços</u>	<u>Reposições e anulações</u>	<u>Saldos finais</u>
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 10)	15.093.524	16.737.177	( 15.093.524 )	16.737.177
Provisões para a carteira de títulos de investimento (Nota 10)	-	3.264.018	-	3.264.018
Provisões para riscos e encargos	5.049.062	640.922	( 5.689.954 )	30
Fundo para riscos bancários gerais	26.935.086	-	-	26.935.086
	<u>47.077.672</u>	<u>20.642.117</u>	<u>( 20.783.478 )</u>	<u>46.936.311</u>

A rubrica "Fundo para riscos bancários gerais" refere-se à provisões constituídas para dar cobertura a eventuais perdas derivadas dos riscos e outras responsabilidades decorrentes da actividade do Banco Madesant, de acordo com a política prudente que caracteriza o Grupo Santander Central Hispano.

## 26. CRITÉRIO DE DISTINÇÃO ENTRE TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO E TÍTULOS DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos do Banco Madesant (Nota 10) inclui títulos considerados de negociação, os quais são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder seis meses.

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos do Banco Madesant (Nota 10) inclui ainda títulos considerados de investimento os quais são adquiridos com a finalidade de os manter por prazo superior a seis meses.

## 27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

27.1 Contas de regularização - Activo

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos a receber:	
-Juros de aplicações em instituições de crédito no país (Nota 14.1)	195
-Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro (Nota 14.1)	15.595.267
-Juros de crédito ao exterior	6.049.488
- Outros proveitos a receber ("Swaps" de títulos)	
. Reavaliação potencial (Nota 23)	4.495.522
	<u>26.140.472</u>
Despesas com custo diferido	
Outras contas de regularização:	
-Reavaliação da posição cambial a prazo (Nota 3.3.b))	65
-Amortização de prémios/descontos em operações de swap de moeda (Nota 3.3.b))	669
-Diversas operações a regularizar	1.743
Outras contas internas	6.342
	<u>26.157.347</u>

27.2 Contas de regularização - Passivo

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos a pagar:	
-De depósitos (Notas 18 e 56)	140.114
-De passivos subordinados (Nota 40)	9.987.084
-Juros a pagar de credores diversos – não residentes (Nota 31.2)	12.465.005
-Com pessoal	234.017
-Outros custos administrativos	92.156
-Outros custos a pagar ("Swaps" de títulos)	
. Juros a pagar	483.753
. Reavaliação potencial (Nota 23)	3.291.324
. Reavaliação definitiva	21.268.937
	<u>47.962.390</u>
Outras contas de regularização:	
-Operações de bolsa a regularizar	176.962
	<u>48.139.352</u>

As operações de venda e de compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica “Operações de bolsa a regularizar”.

A rubrica “Reavaliação definitiva de swaps de títulos” do passivo é referente a operações de “swaps” de títulos que se venceram no dia 27 de Dezembro de 2002 e cuja liquidação financeira ocorreu em Janeiro de 2003.

## 28. VALOR DOS RESULTADOS EM TÍTULOS AINDANÃO IMPUTADOS

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de negociação apresenta um custo de aquisição de € 589.871.836, o qual é superior em € 189.557.638 ao valor constante dos registos contabilísticos nesta data. Adicionalmente, a carteira de títulos de negociação (constituída na sua totalidade por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava mais-valias e menos-valias potenciais (Nota 10), registadas na demonstração de resultados, nos montantes de € 389.090 e € 189.946.728, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de investimento encontra-se registada ao custo de aquisição. Adicionalmente estão registadas na demonstração de resultados provisões no montante de € 3.264.018 (Nota 10), para fazer face às menos valias potenciais nesta data.

## 31. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

31.1 Outros activos - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a recuperar – pagamento especial por conta	2.993
Devedores diversos	226
	-----
	3.219
	=====

31.2 Outros passivos - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Holbah, Ltd.	483.889.167
IVA a pagar	9.855
Retenção de impostos na fonte	11.718
Contribuições para a segurança social	4.054
	-----
	483.914.794
	=====

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica “Holbah, Ltd.” refere-se a uma conta a pagar junto do seu sócio, a qual vence juros a uma taxa média anual de 4,0649% e tem vencimento parcial no dia 28 de Abril de 2003. Os juros do exercício de 2002 ascenderam a € 20.510.757 (Nota 56), dos quais € 12.465.005 são apresentados no passivo, na rubrica “Contas de regularização” (Nota 27).

## 33. OPERAÇÕES A PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2002, o Banco Madasant tinha os seguintes saldos relativos a operações a prazo registadas nas outras rubricas extrapatrimoniais:

Operações cambiais a prazo:	
Compras	927
Vendas	862

## 34. EFECTIVOS

Durante o exercício de 2002, a Sociedade não teve empregados ao seu serviço e o quadro de pessoal do Banco Madasant em 31 de Dezembro de 2002 é constituído por cinco funcionários, com a seguinte distribuição:

Administração	1
Direcção	1
Técnicos	1
Administrativos	2
	---
	5
	==

## 35. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício de 2002, não foram atribuídas quaisquer remunerações e outros encargos aos membros da Gerência e outros órgãos sociais da Sociedade, sendo atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco Madasant remunerações e outros encargos no montante de € 397.611.

## 37. MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, o contravalor em Euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira (moedas não integradas na Zona Euro) ascendia a € 94.380 e € 94.520, respectivamente representando 0,0039% do valor global do activo líquido e do passivo, respectivamente, segundo o balanço consolidado anexo.

## 38. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, todos os proveitos da Sociedade e do Banco Madasant foram gerados na Zona Franca da Madeira.

## 39. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 2002 a rubrica “Outros proveitos de exploração” corresponde a serviços de gestão prestados pelo Banco Madasant a outra entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, instalada na Zona Franca da Madeira.

No exercício de 2002, a rubrica “Ganhos extraordinários” tem a seguinte composição:

Mais valias na realização de valores imobilizados	19.952
Ganhos relativos a exercícios anteriores	7.599
	-----
	27.551
	=====

## 40. ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS NO PERÍODO RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Banco Madasant registou custos relativos a juros de passivos subordinados no montante de € 22.754.773 (Notas 27.2 e 56).

## 41. CARGAFISCAL

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social), excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 1997 a 2002 e do Banco Madasant dos exercícios de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Dado a Sociedade estar sediada na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os seus rendimentos, desde que provenientes de participações em entidades sediadas fora da União Europeia ou instaladas em Zonas Francas portuguesas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

Adicionalmente, dado o Banco Madasant estar sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações, desde que efectuadas apenas com entidades não residentes em Portugal (que não se encontrem em relação de domínio com instituições de crédito ou sociedades financeiras residentes em território português, fora das zonas francas, ou, se se tratar de entidades financeiras, desde que não sejam maioritariamente detidas por entidades residentes em Portugal, fora das zonas francas) ou com entidades instaladas nas zonas francas portuguesas, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

## 43. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais individuais da Sociedade e do Banco Madasant são consolidadas com as do Banco Santander Central Hispano, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

## 47. RESULTADOS EM OPERAÇÕES COM ENTIDADES DO GRUPO

No exercício de 2002, a demonstração de resultados consolidada da Sociedade incluía os seguintes saldos, relativos a operações com entidades do Grupo Santander Central Hispano:

<u>Custos</u>	
Juros e custos equiparados	48.002.611
<u>Proveitos</u>	
Juros e proveitos equiparados	21.493.928
Outros proveitos de exploração	20.000

Os critérios de avaliação utilizados no apuramento destes resultados são os mencionados na Nota 3.3.

## 51. CAIXAE DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é integralmente constituída por notas e moedas em caixa.

## 52. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é constituída por depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro.

## 53. CAPITALSUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social da Sociedade está representado por uma quota de € 24.840,14, pertencente ao sócio Holbah, Ltd., e outra de € 100, pertencente ao sócio Santander Central Hispano Bank & Trust (Bahamas) Ltd. (entidades inseridas no Grupo Santander Central Hispano), encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

## 54. MOVIMENTO NAS OUTRAS CONTAS DO CAPITALPRÓPRIO

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nas outras contas do capital próprio foi o seguinte:

	<u>Prestações suplementares</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Lucro consolidado</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	1.158.647.659	24.940	30.130.032	243.285.347	45.610.025
Distribuição do resultado do exercício de 2001	-	-	4.727.973	40.882.052	( 45.610.025 )
Resultado consolidado do exercício de 2002	-	-	-	-	( 256.641.116 )
Outros	-	-	( 1 )	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	1.158.647.659	24.940	34.858.004	284.167.399	( 256.641.116 )
	=====	=====	=====	=====	=====

Em reunião da Assembleia Geral da Sociedade, celebrada em 12 de Março de 2002, foi aprovada a distribuição do resultado líquido individual do exercício de 2001 (€ 7.308.660) para a rubrica de "Reserva Legal", no montante de vinte e cinco cêntimos de Euro e o remanescente para a rubrica de "Resultados Transitados".

- i) Prestações suplementares - Em conformidade com os Estatutos da Sociedade, na reunião da Gerência celebrada em 17 de Julho de 1998 foi aprovado chamar os sócios a entrar para a Sociedade, a título de prestações suplementares, com uma contribuição de 232.288.000 milhares de Escudos Portugueses (€ 1.158.647.659). Esta contribuição não vence juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelos accionistas e verificados os condicionaisismos legais.
- ii) Reserva legal - Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 24/86 de 18 de Fevereiro, a Sociedade e o Banco Madesant, a nível das suas contas individuais, deverão constituir um fundo de reserva até à concorrência do correspondente capital que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Para tal, serão anualmente transferidos para esta reserva o equivalente a 10% do resultado líquido do exercício de cada entidade a nível individual, até perfazer o referido montante.

Em 31 de Dezembro de 2002, a determinação do resultado líquido consolidado pode ser resumida como segue:

Resultado líquido individual da Sociedade	(1.544.094 )
Resultado líquido do Banco Madesant	2.702.978
	-----
	1.158.884
	-----
Anulação da reposição parcial do "Fundo para Riscos Bancários Gerais" efectuada pelo Banco Madesant	( 257.800.000 )
	-----
Resultado líquido consolidado	( 256.641.116 )
	=====

## 55. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de disponibilidades	2.096
Juros de aplicações:	
-Em instituições de crédito no país	165.773
-Em instituições de crédito no estrangeiro	37.443.986
-De crédito interno	998.898
-De crédito ao exterior	40.507.610
-Empréstimos de títulos	67
"Swaps" de moeda	669
Outros juros e proveitos equiparados	38.721
	-----
	79.157.820
	=====

## 56. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de recursos alheios:	
- De recursos em instituições de crédito no estrangeiro	76.688
- De depósitos (Notas 18 e 27)	4.737.081
- De outros passivos (Nota 31.2)	20.510.757
Juros de capitais próprios e equiparados (Nota 40)	22.754.773
Outros juros e custos equiparados:	
- "Swaps" de títulos	11.779.809
- Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 3.3.k)	50.476
- Outros juros	114
	-----
	59.909.698
	=====

## 57. LUCROS E PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2002, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Lucros em operações financeiras:</u>	
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	92.042
Lucros e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	93.067.363
Lucros e diferenças de reavaliação em títulos de investimento	420.978
Outros lucros em operações financeiras:	
- "Swaps" de títulos	146.980.519
- Outros	3
Lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais:	
- Opções em mercado de balcão	2.060.729
	-----
	242.621.634
	=====
<u>Prejuízos em operações financeiras:</u>	
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	81.924
Prejuízos e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	203.673.218
Outros prejuízos em operações financeiras:	
- "Swaps" de títulos	310.992.290
	-----
	514.747.432
	=====

## 58. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Remuneração de:	
- Órgãos de gestão e de fiscalização	397.611
- Empregados	213.914
	-----
	611.525
Encargos sociais	43.113
Outros custos com pessoal	159.770
	-----
	814.408
	=====

## 59. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS (ANEXO À INSTRUÇÃO Nº 71/96)

De acordo com o disposto no Anexo à Instrução nº 71/96, do Banco de Portugal, são de seguida apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e à demonstração consolidada de resultados para o exercício findo nesta data:

- O anexo às demonstrações financeiras consolidadas cumpre com o exigido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, ao nível das contas individuais da Sociedade e do Banco Madasant – Sociedade Unipessoal, S.A., bem como inclui aquela informação em base consolidada, assim com as informações adicionais, solicitadas no anexo à instrução em referência, quando aplicáveis ou relevantes às demonstrações financeiras consolidadas.
- A informação solicitada encontra-se descrita na Nota 3.3 deste anexo.
- A informação solicitada encontra-se descrita na Nota 3.2 deste anexo.
- A informação solicitada encontra-se descrita na Introdução deste anexo.
- A sede social do Banco Madasant – Sociedade Unipessoal, S.A. está situada na Avenida Arriaga, nº 73, 2º Andar – Sala 211, 9000-060 Funchal, sendo detido a 100% pela Sociedade.
- Informação não aplicável à Sociedade.
- Informação não aplicável à Sociedade.
- Informação não aplicável à Sociedade.
- Em geral, tanto as dívidas de activo como de passivo estão descritas nas Notas 14.2, 18.2 e 31.2 deste anexo e em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o montante global das dívidas com prazos residuais superiores a cinco anos é o seguinte:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Activo	-	326.819.500
Passivo	1.422.587.205	1.466.577.129

- Não existem compromissos financeiros que não estejam incluídos no balanço consolidado e aqueles compromissos assumidos encontram-se detalhados na Nota 23 deste anexo. Adicionalmente, não existem quaisquer compromissos com pensões de reforma e sobrevivência, nem nenhum tipo de responsabilidade com empresas participadas não compreendidas na consolidação.
- A informação solicitada encontra-se descrita na Nota 38 deste anexo.
- A informação solicitada encontra-se descrita na Nota 34 deste anexo.

13. Informação não aplicável à Sociedade.
14. Informação não aplicável à Sociedade, em consonância com o descrito na Nota 41 do anexo às demonstrações financeiras.
15. A informação solicitada, quando aplicável, encontra-se descrita na Nota 35 do anexo às demonstrações financeiras.
16. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não obtiveram nenhum adiantamento nem créditos durante o exercício de 2002, tanto da Sociedade como do Banco Madesant.
17. Todas as informações de natureza significativa são apresentadas neste anexo às demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão consolidado do exercício de 2002 preparado pela Gerência da Sociedade.
18. Não existe qualquer omissão às informações referidas nos pontos 4 a 8 deste anexo.

**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DE ALJARDI S.G.P.S., LDA.,  
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**I – ACTIVIDADES**

A sociedade prosseguiu a sua actividade social com a gestão da única participação que detém, no capital social do Banco Madesant – Sociedade Unipessoal, S.A., no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

No ano 2002, experimentou-se um forte recorte no valor dos activos mobiliários, nos mercados financeiros. Por terceiro ano consecutivo, os valores de rendimento variável global e, nomeadamente os europeus, tiveram o pior desenvolvimento desde os anos setenta.

A deterioração da qualidade creditícia das empresas e países, assim como os ajustes à baixa dos resultados estimados pelas próprias empresas, foram contínuos durante o exercício transacto.

A confiança nas instituições da bolsa, desde as empresas que cotizam até aos órgãos que regulam o funcionamento dos mercados e velam pela transparência, foram postas à prova repetidamente, tendo sido as grandes referências, ante os diferentes casos que surgiram durante o ano 2002.

A crise iberoamericana teve um peso negativo na cotização das empresas europeias, chegando ao fecho de 2002 com quedas significativas de ditos valores, nos diferentes mercados europeus.

A política de taxas de juro, ao contrário do acontecido no ano anterior, não teve a mesma síncrona entre as autoridades reguladoras, como resposta ao risco de recessão global.

O Euro no seu quarto ano de existência e, no primeiro exercício desde a sua entrada física em circulação, tem reforçado a sua presença nos mercados financeiros internacionais, chegando ao final do ano com um valor superior, em quase cinco por cento em relação com o Dólar americano.

Em relação com os riscos de mercado existem um conjunto de políticas definidas para o controlo e gestão dos diferentes instrumentos financeiros, nas quais se define o marco utilizado para identificar, medir, controlar e gerir os riscos de mercado.

Em cada mercado que se opera, estabelece-se a predisposição ao risco de forma coerente com a estratégia adoptada.

As políticas e práticas de gestão, encontram-se definidas de forma detalhada, no manual de políticas de gestão dos riscos de mercado.

A Direcção do Banco, controla e acompanha aquelas actividades sujeitas a risco de mercado, através do Comité de Investimentos, nas suas reuniões periódicas.

O justo valor dos produtos de negociação, encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de Dezembro de 2002.

Tendo em consideração a volatilidade dos mercados e as consequências da crise financeira mundial, atravessada durante o exercício de 2002, considerou-se e aprovou-se na sociedade participada, repor parcialmente, a provisão existente para riscos bancários gerais.

De salientar que a passagem ao Euro a 1 de Janeiro de 2002, se realizou com total sucesso.

A sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à segurança social ou à administração fiscal.

**II – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Após o encerramento do exercício de 2002, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

**III – EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE**

Perspectiva-se para o exercício de 2003 a continuação da actividade da Sociedade, em moldes semelhantes ao acontecido durante o ano 2002, dentro do quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

**IV – NÚMERO E VALOR NOMINAL DE QUOTAS PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO**

A sociedade não detém quaisquer quotas próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer quotas próprias durante o presente exercício.

**V – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS GERENTES**

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus gerentes, nem entre o banco e os seus administradores.

**VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O resultado líquido individual apurado no exercício de 2002, correspondeu a um prejuízo no montante de - 1.544.094,17 Euros. A Gerência propõe que dito montante seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

O resultado consolidado apurado determinou a diminuição das reservas consolidadas no montante de 256.641.116 Euros.

Funchal, 4 de Fevereiro de 2003.

A GERÊNCIA, Martín Manuel Armas Agüero,

Antonio Bernárdez Gumiel,

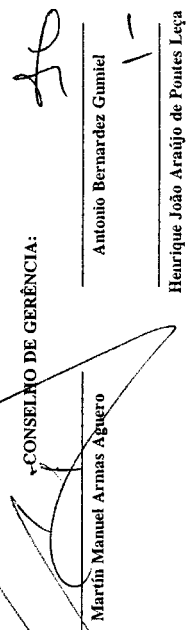
Henrique João Araújo de Pontes Leça

**ALJARDI SGPS, LDA.**  
Avenida Arriaga, 30 - 3ºH - 9000-064 FUNCHAL  
Contribuinte Fiscal N.º 511 099 770  
Capital Social: 24.940,14 Euros  
C.R.C. da Zona Franca da Madeira N.º 03028

**ALJARDI SGPS, LDA.**  
Balanco em 31 de Dezembro de 2002  
(em EURO)

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	ANO ACTIVO BRUTO	ANO AMORTIZACÖES E PROVISÖES	ANO ACTIVO LIQUIDO	ANO ANTERIOR (LIQUIDO)	CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
10+11+130	1. Caixas e Disponibilidades em Bancos e Cemitais				30+31+35	1. Debitos para com Instituiçöes de crédito			
2+13-130	2. Disponibilidades à vista sobre instit. de cred.	1.012,90		1.012,90	30020+30220+30220+31020+31220+31220+31920	a)-À vista		-3.000,00	
3+281+2880+2881+2890+2891+29000-29001-29010-29011-2951	3. Outros créditos sobre instit. de cred.	483.498.903,30		483.498.903,30	1-1a)	b)-A prazo ou com pré-aviso		-3.000,00	
6+22+23+282+283+287+2882+2883+2887+2892+2893+2897-29002-29003-29012-29013-29017-2952	4. Créditos sobre clientes				32+33	2. Debitos para com clientes			
240+241+245+255+2480+250+251+2580+26+2840+2884+2894-29010-2920-2921-2925-2953	5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				3213+3223	a)-Depósitos de poupança			
2400+2401+2410+2500+2501+2510+2600+2601+2610+2840+2884+2894-29010-29200-29210-2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de emissores públicos				32-3213-3223+33	b)-Outros debitos			
2402+2411+2412+245+255+2480+2502+2512+2580+2602+2611+2612+2840+2884+2894-29010-29209-29219-2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores				3200+3210+3220+3230	ba)-À vista			
2480+2580	(Das quais: Obrigações próprias)				b)-A prazo	bb)-A prazo			
243+244+245+255+2481+24810+2490-2491+253+254+2581-25810+2841-29011-291-2923-2924-2925-2953+5634(dep)	6. Acções e outros títulos de rendimento variável				34	3. Debitos representados por títulos			
400-480	7. Participações				341	a)-Obrigações em circulação			
401-491	8. Partes de capital em empresas coligadas	659.848.864,08		659.848.864,08	340+342+349	b)-Outros			
41+460+4690-481	9. Imobilizações incorpóreas				36+39	4. Outros passivos		-483.889.166,99	-327.879.091,26
42+461+462+463+468+4691-482	10. Imobilizações corpóreas (Das quais: Imóveis)				52+54+58(cre)+58(cre)+59	5. Contas de regularização		-12.467.372,69	-16.979.911,27
27003	11. Capital subscrito não realizado				610+611+612+613	6. Provisões para riscos e encargos		-7.606.667,93	-6.085.334,34
24810+25810	12. Acções próprias ou partes de capital próprias				610+611+613	a)-Provisões para penões e encargos similares		-7.606.667,93	-6.085.334,34
44+15+19+27-27003-29007-2959-299+402+409-499	13. Outros activos	498.800.889,85		498.800.889,85	619	6A. Fundo para riscos bancários gerais			
51+55+56(dev)+58(dev)+59	15. Contas de regularização	12.454.951,89		12.454.951,89	60	8. Passivos subordinados		-1.158.647.659,14	-1.158.647.659,14
59(dev)	16. Prejuizo do exercicio	1.544.094,17		1.544.094,17	62	9. Capital subscrito		-24.940,14	-24.940,14
	TOTAL DO ACTIVO	1.656.148.716,19		1.656.148.716,19	632	10. Prémios de emissão			
					630+631+635+639	11. Reservas		-24.940,14	-24.939,89
					633	12. Reservas de reavaliação			
					66	13. Resultados transferidos		6.515.030,84	13.823.690,98
					69(cre)	14. Lucro do exercicio		-7.308.660,39	-7.308.660,39
	TOTAL DO PASSIVO					TOTAL DO PASSIVO		-1.656.148.716,19	-1.703.126.845,45

CÓDIGO DAS CONTAS	RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	ANO ACTUAL	ANO ANTERIOR
90+970	1. Passivos eventuais		
9010+9011	- Dos quais		
970	- Acções e compromissos por endosso de efeitos redencionáveis		
92	- Cauções a activos dados em garantia		
9200	2. Compromissos		
	- Dos quais		
	- Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra		

**CONSELHO DE GERÊNCIA:**  
  
Martin Manuel Armas Agüero  
Antonio Bernardez Gumiel  
Henrique João Araújo de Pontes Leça

José Duarte Gomes Figueira  
Técnico Oficial de Contas

BANCO MADESANT- SOCIEDADE UNIPessoAL, S.A.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
INSCRIÇÃO N.º 43  
REGISTO NACMVM N.º 231  
N.I.P.C. 501776311

Sede em Lisboa: Amoreiras - Torre 1 - 7º - 1070-101 Lisboa Telefone 21 387 00 15  
Escritório no Porto: Av. da Boavista, 3523 - 1º - 4100-139 Porto Telefone 22 610 11 79

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
(Montantes expressos em Euro - €)

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, Nota 1), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de € 1.930.087.545 e capitais próprios no montante de € 1.172.398.099, incluindo um resultado líquido de € 2.702.978, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reserva

4. Em Dezembro de 2002, o Banco procedeu à reposição parcial pelo montante de € 257.800.000 do “Fundo para riscos bancários gerais”, constituído em 1998 pelo montante de € 299.278.738, afectando o resultado líquido do exercício de 2002 pelo mesmo montante. Assim, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o Banco tem relevado um “Fundo para riscos bancários gerais” nos montantes de € 41.478.738 e € 299.278.738, respectivamente, que se destina cobrir riscos que se poderão eventualmente materializar no futuro, pelo que não deveria ter sido registado como um custo no exercício de 1998 e, consequentemente, deveria ser considerado como parte dos capitais próprios naquelas datas (Nota 25).

#### Opinião

5. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, S.R.O.C., Representada por António Marques Dias

#### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Accionista do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A.

1. Nos termos do mandato que nos conferiram e em conformidade com a legislação em vigor, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar o parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2002 do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A., os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco.
2. No desempenho das nossas funções, acompanhámos a actividade do Banco ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos livros e documentos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e respectivos serviços do Banco, as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos as contas do exercício de 2002 do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações de resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo nesta data, o respectivo anexo e ainda o Relatório de Gestão para o exercício de 2002 elaborado pelo Conselho de Administração do Banco. O nosso exame foi efectuado de acordo com as disposições estatutárias e legais aplicáveis, sendo suportado, do ponto de vista técnico, pela Certificação Legal das Contas datada de 5 de Fevereiro de 2003, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas e Vogal deste Conselho, com a qual concordamos e consideramos reproduzida neste documento.
4. Face ao exposto, excepto para o efeito da reserva mencionada no parágrafo 4 da Certificação Legal das Contas, somos de opinião que os documentos de prestação de contas do Banco acima referidos, os quais compreendem as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e o Relatório de Gestão do exercício de 2002, bem como as propostas nele expressas, estão em conformidade com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis em Portugal para o Sistema Bancário, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas. Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2003.

António José Correia de Jesus, Presidente

Henrique João Araújo de Pontes Leça, Vogal

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS – S.R.O.C., Representada por António Marques Dias, Vogal





BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

CUSTOS	Notas	2002	2001	PROVEITOS	Notas	2002	2001
Juros e custos equiparados	56	39,398,827	70,429,717	Juros e proveitos equiparados	55	58,662,805	105,168,652
Comissões		1,097,315	2,095,086	Rendimentos de títulos		63,154	-
Prejuízos em operações financeiras	57	514,747,432	469,701,662	Lucros em operações financeiras	57	242,621,633	496,556,935
Gastos gerais administrativos				Reposições e anulações de provisões	25	278,583,478	11,639,769
a) Custos com pessoal	58	814,408	743,441	Outros proveitos de exploração	39	20,000	-
Dos quais				Ganhos extraordinários	39	27,551	-
(- Salários e vencimentos)	58	(611,525)	(500,653)				
(- Encargos sociais)	58	(43,113)	(38,920)				
(Dos quais: Com pensões)							
b) Outros gastos administrativos							
Amortizações do exercício	11	491,980	449,992				
Outros custos de exploração		51,817	61,374				
Provisões do exercício		1,254	3,928				
Perdas extraordinárias	25	20,642,117	22,567,784				
Outros impostos		250	2,273				
Lucro do exercício		30,243	30,372				
		2,702,978	47,279,727				
		<u>579,978,621</u>	<u>613,365,356</u>			<u>579,978,621</u>	<u>613,365,356</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

**BANCO MADESANT, SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(Montantes expressos em Euro)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<b>ORIGEM DE FUNDOS:</b>		
Gerados pelas operações:		
Lucro do exercício	-	47,279,727
Amortizações do exercício	-	61,374
Dotações/(reposições) líquidas de provisões	-	10,928,015
	<u>-</u>	<u>58,269,116</u>
Aumentos no passivo:		
Débitos para com clientes	-	142,505,888
Outros passivos	10,956	-
Contas de regularização	3,663,040	-
	<u>3,673,996</u>	<u>142,505,888</u>
Diminuições no activo:		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	68,667	37,489
Outros créditos sobre instituições de crédito	-	8,564,059
Créditos sobre clientes	601,184,209	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	3,838,222	-
Outros activos	-	1,049
Contas de regularização	86,159,887	56,543,248
	<u>691,250,985</u>	<u>65,145,845</u>
	<u>694,924,981</u>	<u>265,920,849</u>
<b>APLICAÇÃO DE FUNDOS:</b>		
Gerados pelas operações:		
Lucro do exercício	(2,702,978)	-
Amortizações do exercício	(51,817)	-
Dotações/(reposições) líquidas de provisões	257,941,361	-
	<u>255,186,566</u>	<u>-</u>
Aumentos no activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	312	150
Outros créditos sobre instituições de crédito	126,214,125	-
Créditos sobre clientes	-	107,163,476
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	147,245,924
Imobilizações corpóreas	59,318	16,018
	<u>126,273,755</u>	<u>254,425,568</u>
Diminuições no passivo:		
Débitos para com clientes	313,464,660	-
Outros passivos	-	2,939
Contas de regularização	-	2,513,980
	<u>313,464,660</u>	<u>2,516,919</u>
Distribuições por aplicação de resultados	-	8,978,362
	<u>694,924,981</u>	<u>265,920,849</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração de origem e aplicação de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002**  
(Montantes expressos em euro-)

**1. ACTIVIDADE ECONÓMICA**

Em Janeiro de 1998, o Banco de Portugal autorizou a constituição do Banco Madesant, Sociedade Unipessoal, S.A. (sociedade anónima constituída em 22 de Dezembro de 1994 com a denominação social de Madesant – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, S.A.), que tem por objecto a actividade e todas as operações permitidas por lei aos bancos, nos termos constantes dos estatutos já depositados e devidamente autorizados pelo Banco de Portugal. O Banco tem a sua sede social na Região Autónoma da Madeira e dispõe de licença para operar na Zona Franca aí criada, requerida no âmbito do Decreto Regulamentar Regional nº 21/87-M, de 5 de Setembro.

O Banco financia-se essencialmente junto de outras entidades do Grupo Santander Central Hispano sob a forma de passivos subordinados e depósitos, os quais são aplicados, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos e em acções cotadas em bolsas internacionais, prestando ainda outros serviços bancários.

Conforme indicado na Nota 53, o Banco é detido pela Aljardi SGPS, Lda. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Banco ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

**3. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**3.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outra legislação complementar para o sector, estabelecida pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2002 estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que as demonstrações financeiras irão ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral.

Em 31 de Dezembro de 2002, a situação líquida do Banco pode ser resumida como segue:

Capital subscrito	124.750.000
Reservas	37.749.575
Prestações acessórias	498.797.897
Resultados transitados	508.397.649
Lucro do exercício	2.702.978
	-----
	1.172.398.099
	=====

**3.2. Resumo das principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

i) Registo de juros - Em geral, os juros das operações activas ou passivas reconhecem-se de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

ii) Outros proveitos e custos - O Banco reconhece, em geral, os outros proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Este sistema prevê que todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio oficial de divisas da data do balanço, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, excepto no que diz respeito aos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos em Euros ao câmbio médio do mês, indicado pelo Banco de Portugal. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial e, sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas da posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação se descreve a seguir:

i) Posição à vista - A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido de activos e passivos expressos nessa moeda, das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base no câmbio de “fixing” do dia, sendo as diferenças cambiais apuradas registadas como custos ou proveitos.

ii) Posição a prazo - A posição a prazo é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas são registadas nas rubricas “Contas de regularização - Reavaliação da posição cambial a prazo” (Nota 27) por contrapartida de custos ou proveitos.

As operações de permuta de divisas (“swap”) e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo, sendo o respectivo prémio ou desconto amortizado durante o período de vida da operação por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Provisão para riscos gerais de crédito

Nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, esta provisão de carácter genérico, corresponde a 1% do total de crédito concedido pelo Banco não vencido, incluindo os empréstimos de títulos e excluindo, entre outros, o relativo a operações com instituições garantidas por administrações centrais de países da Zona A.

d) Aplicações em títulos

A carteira de títulos do Banco é composta por títulos de rendimento variável cotados em bolsas internacionais. Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é valorizada da seguinte forma:

i) Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder os seis meses, com o objectivo de obtenção de mais-valias.

Os títulos de rendimento variável são valorizados diariamente à cotação de mercado, sendo os dividendos recebidos abatidos ao respectivo custo de aquisição. As diferenças de valorização, negativas ou positivas, relativas a acções que integrem a composição dos índices de bolsas internacionais e que apresentem liquidez adequada são registadas como custos ou proveitos. As restantes mais e menos valias potenciais em acções são diferidas em contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente, dando as menos-valias lugar à constituição de provisões.

ii) Títulos de investimento

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter por prazo superior a seis meses.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. As menos valias potenciais resultantes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de cotação são integralmente provisionadas por contrapartida de resultados.

e) Imobilizações corpóreas

As obras em edifícios arrendados, equipamento e outras imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo,

as quais são consideradas razoáveis do ponto de vista económico. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	3 - 4
Material de transporte	4
Outro equipamento	4 - 8
f) <u>Operações com produtos derivados</u>	
i) <u>Contratos de opções em mercado de balcão ("OTC")</u> - As transacções inerentes à celebração destes contratos são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor contratado em divisa. Os montantes dos prémios recebidos por opções vendidas ou dos prémios das opções compradas são contabilizados como um proveito ou custo em suspenso, respectivamente, até à data em que ocorra a execução dos contratos ou até à data de vencimento. Adicionalmente, à data de preparação das demonstrações financeiras estes contratos são avaliados de acordo com um sistema de prudente valorização que permite estimar o valor que os mesmos teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. Para este efeito, são registados como prejuízos ou lucros (por contrapartida de contas de regularização do passivo ou do activo, respectivamente) os montantes correspondentes às diferenças entre o valor de exercício das opções de compra ou de venda e o valor do activo ou elemento subjacente.	
ii) <u>Contratos de futuros</u> - As posições próprias são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de "Lucros e prejuízos em operações financeiras".	
iii) <u>Equity swaps</u> - As posições de compra e venda detidas em contratos de equity swap são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais na data da sua contratação, pelo valor do notional contratado e na respectiva divisa (Nota 23). Estas operações são valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveitos ou custos nas correspondentes rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras (Nota 57), ajustando-se também o valor das respectivas rubricas extrapatrimoniais de acordo com os preços de mercado. Por outro lado, os custos e proveitos de financiamentos inerentes a estas operações são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios e registados nas respectivas rubricas de custos e proveitos à medida em que são gerados (Notas 27 e 56).	
g) <u>Contas de regularização</u> As operações de venda e compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente a 31 de Dezembro de 2002, são registadas na rubrica "Contas de regularização" (Nota 27).	
h) <u>Pensões</u> Dado o Banco não ter subscrito o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, é abrangido pelo Regime Geral da Segurança Social, não tendo quaisquer responsabilidades com pensões ou complementos de reforma para com os seus empregados.	
i) <u>Valores mobiliários depositados em terceiros</u> Os valores mobiliários da carteira própria depositados junto de terceiros encontram-se registados, em rubricas extrapatrimoniais, ao custo de aquisição.	
j) <u>Empréstimos de títulos</u> Os títulos objecto de empréstimo são registado na rubrica "Outros activos" pelo seu valor de balanço à data do empréstimo. As alterações de valor destes títulos, quando provenientes da carteira própria, são reflectidas diariamente na rubrica "Outros activos", observando-se as regras de valorimetria e de relevação de resultados aplicáveis à carteira de origem, sendo as valias e as provisões registadas nas contas que lhe estão associadas.	
k) <u>Fundo de Garantia de Depósitos</u> Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo do exercício a que dizem respeito (Nota 56).	

#### 10. CARTEIRA DE TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Acções e outros títulos de rendimento variável" (na sua totalidade constituída por títulos de rendimento variável emitidos por não residentes) tem a seguinte composição:

<u>Natureza e espécie dos títulos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor médio de aquisição</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Valor de cotação</u>
<i>Títulos de negociação</i>					
Beni Stabili	10.030.000	0,10	0,46	4.571.583	4.297.855
Banesto	75.000	2,03	7,09	531.750	530.250
Telefonica	4.820.000	1,00	12,08	41.114.600	41.114.600
Inmobiliaria Urbis	1.128.000	1,19	6,31	7.113.951	6.429.600
Union Electrica Fenosa	15.043.947	3,00	17,51	188.801.535	188.801.535
San Paolo Imi	12.056.358	2,80	10,72	74.749.420	74.749.420
Recoletos	3.390.014	0,20	8,75	29.676.655	13.899.057
Grupo Dragados S.A.	190.000	1,00	14,15	3.078.000	3.078.000
Gas Natural SDG	1.262.528	1,00	19,65	22.813.881	22.813.881
Endesa	4.000.000	1,20	17,39	44.600.000	44.600.000
				417.051.375	400.314.198
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 25)				( 16.737.177 )	-
				400.314.198	400.314.198
<i>Títulos de investimento</i>					
Banesto - Carteira Investimento	421.019	2,03	14,82	6.240.622	2.976.604
Provisões para a carteira de títulos de Investimento (Nota 25)				( 3.264.018 )	-
				2.976.604	2.976.604
				403.290.802	403.290.802

Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de negociação (constituída na sua totalidade por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava mais-valias e menos-valias potenciais, registadas na demonstração de resultados, nos montantes de € 389.090 e € 189.946.728, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2002, a carteira de títulos de investimento (constituída na sua totalidade por acções cotadas em bolsas internacionais) apresentava menos valias potenciais, registadas na demonstração de resultados, no montante de € 3.264.018.

11. MOVIMENTOS E SALDOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido nas imobilizações corpóreas e correspondentes amortizações acumuladas pode ser resumido como segue:

	<u>Saldos em 31/12/2001</u>		<u>Adições</u>	<u>Abates (líquido)</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Saldos em 31/12/2002</u>	
	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>				<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>
Obras em edifícios arrendados	45.239	16.206	-	-	4.524	45.239	20.730
Equipamento:							
. Mobiliário e material	19.385	8.836	-	-	2.423	19.385	11.259
. Máquinas e ferramentas	6.838	5.013	-	-	1.368	6.838	6.381
. Equipamento informático	114.983	91.548	10.351	-	16.304	125.334	107.852
. Equipamento de transmissão	5.063	1.713	-	-	506	5.063	2.219
. Equipamento de ambiente	2.968	1.276	638	-	398	3.606	1.674
. Material de transporte	95.904	56.539	48.329	-	25.091	104.827	42.225
. Equipamento de segurança	5.342	2.434	-	-	661	5.342	3.095
. Outro equipamento	45	45	-	-	-	45	45
Património artístico	4.335	1.987	-	-	542	4.335	2.529
	<u>300.102</u>	<u>185.597</u>	<u>59.318</u>	<u>-</u>	<u>51.817</u>	<u>320.014</u>	<u>198.009</u>

14. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

14.1. Outros créditos sobre instituições de crédito - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica refere-se a aplicações em Euro e tem a seguinte composição:

. Banco de Portugal	501.268
. Outras instituições de crédito no estrangeiro	499.160.914
	<u>499.662.182</u>

A rubrica "Banco de Portugal" inclui o depósito constituído para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Este depósito é remunerado e corresponde a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC. Este depósito tem vencimento em Janeiro de 2003.

A rubrica "Outras instituições de crédito no estrangeiro" inclui aplicações que vencem juros a uma taxa anual que varia entre 1,80% e 3,53% e têm vencimento entre Janeiro e Março de 2003.

14.2. Créditos sobre clientes - Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui é composta por créditos concedidos em Euro e tem a seguinte composição:

. Entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano - em Euro	3.000
. Outras entidades:	
- Em Euro (garantido pela Estado Espanhol)	1.013.216.643
	<u>1.013.219.643</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

<u>Prazos</u>	<u>Montante</u>
Até três meses	20.004.382
De três meses a um ano	70.349.862
De um a cinco anos	922.865.399
	<u>1.013.219.643</u>

Os créditos sobre clientes concedidos a outras entidades em Euro vencem juros trimestralmente a taxas de mercado. O crédito concedido a uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano vence juros a uma taxa de mercado.

18. DÉBITOS PARA COM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui depósitos a prazo em Euro efectuados por uma entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, os quais vencem juros a taxas de mercado (Notas 27.2 e 56) e têm vencimento em Janeiro e Fevereiro de 2003.

22. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 22 de Julho de 1998, foi realizado um contrato de empréstimo subordinado entre a FFB – Participações e Serviços, Sociedade Unipessoal, S.A. e o Banco para que a dívida subordinada seja considerada como fundos próprios. O montante do empréstimo não titulado ascende a € 623.497.371, os juros serão pagos semestral e postecipadamente em Janeiro e Julho de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Libor a seis meses acrescida de 0,125 pontos, divulgada pela Reuters nos dois dias úteis anteriores ao início de cada período de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado após autorização prévia do Banco de Portugal.

23. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Compromissos" inclui os compromissos irrevogáveis do Banco perante terceiros, nomeadamente relacionados com: (i) o Banco contratou aplicações em instituições de crédito com data de início em Janeiro de 2003 no montante de € 45.323.776; (ii) o Banco mantém operações de "swaps" de títulos (Nota 27) cujo valor total, calculado com base no preço de mercado dos activos subjacentes à data do balanço, é de € 426.849.228.

Em 31 de Dezembro de 2002, a totalidade da actividade desenvolvida pelo Banco em "swaps" de títulos é constituída por contratos transaccionados em mercado de balcão, celebrados com instituições financeiras.

Dada a política contabilística utilizada pelo Banco no registo das operações de "swaps" de títulos (descrita na secção "Resumo das principais políticas contabilísticas"), o justo valor destas operações não difere significativamente do valor contabilístico.

Em 31 de Dezembro de 2002, a repartição do valor contabilístico dos “swaps” de títulos por prazos residuais apresenta a seguinte composição:

	Valor <u>Nocional</u>	Valor de <u>Mercado</u>	<u>Resultado potencial</u>	
			<u>Lucro</u>	<u>Prejuízo</u>
De um a três meses	-	-	-	-
De quatro a seis meses	-	-	-	-
De sete meses a um ano	2.080.146	1.972.379	-	107.767
De um a dois anos	423.564.884	424.876.849	4.495.522	3.183.557
	<u>425.645.030</u>	<u>426.849.228</u>	<u>4.495.522</u>	<u>3.291.324</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, o Banco tinha os seguintes saldos relativos a outras rubricas extrapatrimoniais:

Operações cambiais a prazo:	
Compras	927
Vendas	862
Swaps de Moeda:	
Compras	100.791
Vendas	93.659

## 25. PROVISÕES PARA CRÉDITO CONCEDIDO. TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	<u>Saldos iniciais</u>	<u>Reforços</u>	<u>Reposições e anulações</u>	<u>Saldos finais</u>
Provisões para a carteira de títulos de negociação (Nota 10)	15.093.524	16.737.177	( 15.093.524 )	16.737.177
Provisões para a carteira de títulos de investimento (Nota 10)	-	3.264.018	-	3.264.018
Provisões para riscos e encargos	5.049.062	640.922	( 5.689.954 )	30
Fundo para riscos bancários gerais	326.213.825	-	( 257.800.000 )	68.413.825
	<u>346.356.411</u>	<u>20.642.117</u>	<u>( 278.583.478 )</u>	<u>88.415.050</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica “Fundo para riscos bancários gerais” inclui uma provisão de € 26.935.087 para dar cobertura a eventuais perdas derivadas dos riscos e outras responsabilidades decorrentes da actividade do Banco, de acordo com a política prudente que caracteriza o Grupo Santander Central Hispano.

Adicionalmente, em Dezembro de 2002, o Banco procedeu à reposição parcial pelo montante de € 257.800.000 do “Fundo para riscos bancários gerais”, constituído no exercício de 1998 pelo montante de € 299.278.738. Assim, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a rubrica “Fundo para riscos bancários gerais” inclui ainda uma provisão nos montantes de € 41.478.738 e € 299.278.738, respectivamente, destinada a fazer face à volatilidade dos mercados e à conjuntura incerta prevista para os exercícios futuros.

## 27. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

### 27.1 Contas de regularização - Activo

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos a receber:	
- Juros de aplicações em instituições de crédito no país	195
- Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	3.140.316
- Juros de crédito interno	15
- Juros de crédito ao exterior	6.049.488
- Outros proveitos a receber (“Swaps” de títulos)	
- Reavaliação potencial (Nota 23)	4.495.522
	<u>13.685.536</u>
Despesas com custo diferido	8.056
Outras contas de regularização:	
- Reavaliação da posição cambial a prazo (Nota 3.2)	65
- Amortização de prémios/descontos em operações de swap de moeda (Nota 3.2)	669
- Diversas operações a regularizar	1.743
Outras contas internas	6.342
	<u>13.702.411</u>

### 27.2 Contas de regularização - Passivo

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos a pagar:	
- De depósitos (Notas 18 e 56)	140.114
- De passivos subordinados (Nota 40)	9.987.084
- Com pessoal	234.017
- Outros custos administrativos	89.802
- Outros custos a pagar (“Swaps” de títulos)	
- Juros a pagar	483.753
- Reavaliação potencial (Nota 23)	3.291.324
- Reavaliação definitiva	21.268.937
	<u>35.495.031</u>

Outras contas de regularização:	
- Operações de bolsa a regularizar	176.962
	-----
	35.671.993
	=====

As operações de venda e de compra de títulos para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica "Operações de bolsa a regularizar".  
A rubrica "Reavaliação definitiva de swaps de títulos" do passivo é referente a operações de "swaps" de títulos que se venceram no dia 27 de Dezembro de 2002 e cuja liquidação financeira ocorreu em Janeiro de 2003.

### 31. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

31.1 Outros activos- Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Devedores diversos	226
	===

31.2 Outros passivos- Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

IVA a pagar	9.855
Retenção de impostos na fonte	11.718
Contribuições para a segurança social	4.054
	-----
	25.627
	=====

### 34. EFFECTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2002, o quadro de pessoal do Banco é constituído por cinco funcionários.

### 35. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício de 2002, foram atribuídos aos membros do Conselho de Administração remunerações e outros encargos no montante de € 397.611.

### 37. MONTANTE GLOBAL DOS ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, o contravalor em Euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira (moedas não integradas na Zona Euro) ascendia a € 94.380 e € 94.520, respectivamente representando 0,0049% do valor global do activo líquido e do passivo do Banco, respectivamente.

### 38. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, todos os proveitos do Banco foram gerados na Zona Franca da Madeira.

### 39. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 2002 a rubrica "Outros proveitos de exploração" corresponde a serviços de consultoria prestados pelo Banco a outra entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano, instalada na Zona Franca da Madeira.

No exercício de 2002, a rubrica "Ganhos extraordinários" tem a seguinte composição:

Mais valias na realização de valores imobilizados	19.952
Ganhos relativos a exercícios anteriores	7.599
	-----
	27.551
	=====

### 40. ENCARGOS IMPUTADOS E PAGOS NO PERÍODO RELATIVOS A PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Banco registou custos relativos a juros de passivos subordinados no montante de € 22.754.773 (Notas 27.2 e 56).

### 41. CARGA FISCAL

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social), excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco dos exercícios de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Dado o Banco estar sediado na Zona Franca da Madeira, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, as suas operações, desde que efectuadas apenas com entidades não residentes em Portugal (que não se encontrem em relação de domínio com instituições de crédito ou sociedades financeiras residentes em território português, fora das zonas francas, ou, se se tratar de entidades financeiras, desde que não sejam maioritariamente detidas por entidades residentes em Portugal, fora das zonas francas) ou com entidades instaladas nas zonas francas portuguesas, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas até 31 de Dezembro de 2011.

### 43. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais do Banco são consolidadas com as do Banco Santander Central Hispano, S.A., as quais se encontram disponíveis na Sede desta instituição em Espanha.

### 51. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é integralmente constituída por notas e moedas em caixa.

### 52. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica é integralmente constituída por depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro.

### 53. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital do Banco está representado por 25.000.000 acções com o valor nominal de 4,99 euro cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Nesta data, o capital social do Banco era integralmente detido pela sociedade Aljardi SGPS, Lda. (entidade inserida no Grupo Santander Central Hispano).



54. MOVIMENTO NAS OUTRAS CONTAS DO CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido nas outras contas do capital próprio foi o seguinte:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Prestações accessórias</u>	<u>Resultados transitados</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	33.021.602	498.797.897	465.845.895
Transferência do resultado do exercício de 2001	4.727.973	-	42.551.754
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	<u>37.749.575</u>	<u>498.797.897</u>	<u>508.397.649</u>

Em reunião da Assembleia Geral, datada de 12 de Março de 2002, foi aprovada a seguinte distribuição do resultado líquido do exercício de 2001:

Reserva legal	4.727.973
Resultados transitados	42.551.754
	<u>47.279.727</u>

- i) Reserva legal - Em conformidade disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.
- ii) Prestações accessórias - Em conformidade com os Estatutos do Banco, na reunião do Conselho de Administração celebrada em 28 de Abril de 1998 foi aprovado chamar o accionista único a entrar para o Banco, a título de prestações accessórias, com uma contribuição de 100.000.000 milhares de Escudos Portugueses (€ 498.797.897). Esta contribuição não vence juros e a sua restituição poderá ocorrer em qualquer altura a partir do quinto ano seguinte à data da sua prestação, desde que previamente decidido pelo accionista único e verificados os condicionalismos legais.

55. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

No exercício de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de disponibilidades	2.096
Juros de aplicações:	
- Em instituições de crédito no país	165.773
- Em instituições de crédito no estrangeiro	16.948.956
- De crédito interno	998.913
- De crédito ao exterior	40.507.610
- Empréstimos de títulos	67
“Swaps” de moeda	669
Outros juros e proveitos equiparados	38.721
	<u>58.662.805</u>

56. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

No exercício de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Juros de recursos alheios:	
- De recursos em instituições de crédito no estrangeiro	76.688
- De depósitos (Notas 18 e 27.2)	4.737.081
Juros de capitais próprios e equiparados (Nota 40)	22.754.773
Outros juros e custos equiparados:	
- “Swaps” de títulos	11.779.809
- Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 3.2.k)	50.476
	<u>39.398.827</u>

57. LUCROS E PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2002, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Lucros em operações financeiras:</u>	
Lucros e diferenças de reavaliação da posição cambial	92.042
Lucros e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	93.067.363
Lucros e diferenças de reavaliação em títulos de investimento	420.978
Outros lucros em operações financeiras:	
- “Swaps” de títulos	146.980.519
- Outros	2
Lucros e proveitos de operações extrapatrimoniais:	
- Opções em mercado de balcão	2.060.729
	<u>242.621.633</u>
<u>Prejuízos em operações financeiras:</u>	
Prejuízos e diferenças de reavaliação da posição cambial	81.924
Prejuízos e diferenças de reavaliação em títulos de negociação	203.673.218
Outros prejuízos em operações financeiras:	
- “Swaps” de títulos	310.992.290
	<u>514.747.432</u>

58. CUSTOS COM O PESSOAL

No exercício de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:  
Remuneração de:

- Órgãos de gestão e de fiscalização	397.611
- Empregados	213.914
	-----
Encargos sociais	611.525
Outros custos com pessoal	43.113
	159.770
	-----
	814.408
	=====

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**BANCO MADESANT- SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.**

Nos termos da lei, vimos apresentar a V. Ex.as o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

#### I - ACTIVIDADES

No presente exercício, a sociedade exerceu a actividade bancária universal compreendida no seu objecto social, no âmbito institucional do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

No ano 2002, experimentou-se um forte recorte no valor dos activos mobiliários, nos mercados financeiros. Por terceiro ano consecutivo, os valores de rendimento variável global e, nomeadamente os europeus, tiveram o pior desenvolvimento desde os anos setenta.

A deterioração da qualidade creditícia das empresas e países, assim como os ajustes à baixa dos resultados estimados pelas próprias empresas, foram contínuos durante o exercício transacto.

A confiança nas instituições da bolsa, desde as empresas que cotizam até aos órgãos que regulam o funcionamento dos mercados e velam pela transparência, foram postas à prova repetidamente, tendo sido as grandes referências, ante os diferentes casos que surgiram durante o ano 2002.

A crise iberoamericana teve um peso negativo na cotação das empresas europeias, chegando ao fecho de 2002 com quedas significativas de ditos valores, nos diferentes mercados europeus.

A política de taxas de juro, ao contrário do acontecido no ano anterior, não teve a mesma síncrona entre as autoridades reguladoras, como resposta ao risco de recessão global.

O Euro no seu quarto ano de existência e, no primeiro exercício desde a sua entrada física em circulação, tem reforçado a sua presença nos mercados financeiros internacionais, chegando ao final do ano com um valor superior, em quase cinco por cento em relação com o Dólar americano.

Em relação com os riscos de mercado existem um conjunto de políticas definidas para o controlo e gestão dos diferentes instrumentos financeiros, nas quais se define o marco utilizado para identificar, medir, controlar e gerir os riscos de mercado.

Em cada mercado que se opera, estabelece-se a predisposição ao risco de forma coerente com a estratégia adoptada.

As políticas e práticas de gestão, encontram-se definidas de forma detalhada, no manual de políticas de gestão dos riscos de mercado.

A Direcção do Banco, controla e acompanha aquelas actividades sujeitas a risco de mercado, através do Comité de Investimentos, nas suas reuniões periódicas.

O justo valor dos produtos de negociação, encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de Dezembro de 2002.

De salientar que a passagem ao Euro a 1 de Janeiro de 2002, se realizou com total sucesso.

Tendo em consideração a volatilidade dos mercados e as consequências da crise financeira mundial, atravessada durante o exercício de 2002, considerou-se e aprovou-se repor parcialmente, a provisão existente para riscos bancários gerais.

O Conselho de Administração manifesta, neste relatório, a sua gratidão pela colaboração eficiente e dedicada de todos os colaboradores do Banco no decurso do presente exercício.

A sociedade não é devedora de quaisquer contribuições à segurança social ou à administração fiscal.

#### II - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício de 2002, não ocorreram quaisquer factos relevantes.

#### III - EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA SOCIEDADE

Perspectiva-se para 2003 a continuação do exercício da actividade bancária universal no quadro do Centro Internacional de Negócios da Madeira, nomeadamente tendo em

conta o regime legal e fiscal aplicável às instituições de crédito licenciadas para operar naquele Centro.

Na circunstância duma continuação na conjuntura incerta e volátil nos mercados internacionais, e a recessão da economia mundial, exige que a política a seguir para o próximo exercício, igual que no exercício findo, deva ser de grande prudência.

#### IV - NÚMERO E VALOR NOMINAL DE ACÇÕES PRÓPRIAS ADQUIRIDAS OU ALIENADAS DURANTE O EXERCÍCIO

A sociedade não detém quaisquer acções próprias, não tendo adquirido ou alienado quaisquer acções próprias durante o presente exercício.

#### V - AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

#### VI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício foram resultados positivos no montante de 2.702.978,02 Euros, pelo que o Conselho de Administração propõe que os resultados apurados sejam distribuídos da seguinte forma:

- O montante de 270.297,80 Euros, seja transferido para Reserva Legal;

- O remanescente, no montante de 2.432.680,22 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

Funchal, 4 de Fevereiro de 2003.

O Conselho de Administração

Presidente - Martin Manuel Armas Agüero

Vogal - Antonio Bernárdez Gumiel

Vogal - João Salgado de Herédia



## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda . . . . .	€ 15,04 cada	€ 15,04;
Duas laudas . . . . .	€ 16,47 cada	€ 32,94;
Três laudas . . . . .	€ 27,06 cada	€ 81,18;
Quatro laudas . . . . .	€ 28,84 cada	€ 115,36;
Cinco laudas . . . . .	€ 29,92 cada	€ 149,60;
Seis ou mais laudas . . . . .	€ 36,36 cada	€ 218,16.

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

## ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série . . . . .	€ 25,24	€ 12,69;
Duas Séries . . . . .	€ 48,37	€ 24,28;
Três Séries . . . . .	€ 58,61	€ 29,23;
Completa . . . . .	€ 68,46	€ 34,23.

Aestes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 199/2002, de 10 de Dezembro) e o imposto devido.

## EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento do Jornal Oficial

## IMPRESSÃO

Departamento do Jornal Oficial

## DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 10,86 (IVA incluído)